



# CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:

“Aquisição de serviços de Assistentes Operacionais – Estabelecimentos de Ensino Municipais / Setembro de 2015 a Junho de 2016”

Valor Base: 132.550,00 €

## RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 148º do CCP)

Handwritten signature and initials.

Aos sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu o júri do procedimento designado por deliberação da Câmara Municipal de 10/08/2015, para o concurso público de “Aquisição de serviços de Assistentes Operacionais – Estabelecimentos de Ensino Municipais / Setembro de 2015 a Junho de 2016”, composto por Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares, que presidiu, Cláudia Maria Neves Guimarães e Manuel Gaspar Soares Cerqueira, que secretariou, a fim de se proceder à elaboração do Relatório Final com a ordenação das propostas

Nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos procedeu-se à audiência prévia dos interessados, tendo-lhes sido remetido o Relatório Preliminar.

No decurso da audiência prévia, prevista no art.º 147.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adiante designado por CCP, apresentam, dentro do prazo para tal concedido, pronúncias os concorrentes Vertentorizonte – Trabalho temporário, S.A., Egor Outsourcing – Prestação de serviços, organizações e administração de pessoal, lda e Gaben – Gabinete de engenharia, lda.

O concorrente Vertentorizonte – Trabalho temporário, S.A. não concorda com a exclusão da sua proposta e contesta a decisão do Júri argumentando de acordo com o n.º 13 da sua pronúncia que “ainda estamos em sede de concurso até ao momento de adjudicação...” e ainda com o n.º 18 da mesma pronúncia quando afirma “que ainda estamos em sede de concurso, e como tal a tempo de enviar os 6 currículos exemplificativos.”

Entende o Júri que a expressão a que o concorrente alude “em sede de concurso” e que integra a Cláusula 4.º Perfil de recursos humanos – Anexo A – Cláusula técnica deve ser interpretada em sentido restrito, isto é, até ao termo do prazo para apresentação das propostas. Deste modo os currículos exigidos são parte integrante das propostas a apresentar.

Aliás o CCP apenas considera dois momentos para a submissão de elementos. Um primeiro momento termina com o termo do prazo para a apresentação das propostas e um segundo momento que termina com o prazo para a apresentação da caução, quando exigível, e dos documentos de habilitação. Refira-se também que após o termo do prazo para a apresentação das propostas, todas as propostas que tenham sido submetidas não são passíveis de serem alteradas e claramente a junção de documentos após esse termo configura uma alteração da proposta apresentada.

O concorrente Egor Outsourcing – Prestação de serviços, organização e administração de pessoal, Lda pronuncia-se entendendo que o justificativo de preço anormalmente baixo apresentado pelo concorrente Cineduca, Lda não pode ser considerado e como consequência tal determina a exclusão da proposta apresentada por não responder aos requisitos do n.º 4 de art.º 71.º do CCP.

Refere o concorrente no seu ponto 5 a) V – que com a aplicação da redução remuneratória o valor apresentado como proveito interno deixaria de ser “estimável e absolutamente satisfatória.

Nesta situação apresentada o Júri entende que os proveitos internos de cada concorrente, independentemente da sua dimensão, não são objeto de avaliação, não estão sujeitos a ponderação, sendo da esfera do livre arbítrio de cada um dos concorrentes, maior ou menor, dependendo apenas dos seus próprios interesses comerciais.

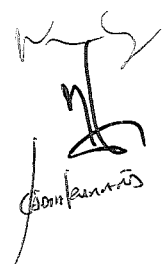
Alega ainda no ponto 8 a) e b) incumprimentos de obrigações legais previstas contudo essas mesmas obrigações são entre a empresa e os seus colaboradores e regem-se por código próprio, diferente do Código dos Contratos Públicos. Esses incumprimentos, a ocorrerem, serão da competência das autoridades nas áreas da segurança social e/ou tributária.

Entende, por isso, o Júri que este aspeto, não cabe na avaliação que este tem de efetuar acerca das propostas apresentadas.

Foi ainda apresentada pelo concorrente Gaben – Gabinete de Engenharia, Lda, pronúncia a contestar a exclusão da sua proposta com o fundamento na não apresentação de C.V. tipo solicitados na Cláusula 4 do Anexo A. O Júri assume nesta situação que efetuou uma avaliação incompleta da proposta por não se ter apercebido, no conjunto dos documentos que constituem a proposta, da presença destes C.V. Tipo. Na realidade estes C.V. Tipo fazem parte da proposta pelo que o Júri decide admitir a proposta apresentada pelo concorrente porque se verifica que o fundamento invocado para a sua exclusão não existe. Da inclusão da proposta não resulta a alteração da ordenação das propostas admitidas constante no relatório preliminar pelo que não se justifica a audiência prévia prevista na parte final do n.º 2 do art.º 124.º do CCP. Quanto aos aspetos expostos em a), b), c) e d), o Júri entende que não assiste razão ao concorrente atendendo a que as exclusões que entende deverem acontecer já ocorrem com os fundamentos explorados no relatório preliminar.

Em conclusão o Júri decide, por unanimidade o seguinte:

- a) Não atende aos fundamentos da pronúncia remetida pelo concorrente Vertentorizonte – Trabalho temporário, S.A. e manter a exclusão da proposta;
- b) Não atender aos fundamentos da pronúncia remetida pelo concorrente Egor – Outsourcing – Prestação de serviços, organização e administração de pessoal, lda;
- c) Atender ao fundamento da pronúncia remetida pelo concorrente Gaben – Gabinete de Engenharia, Lda na parte relativa à exclusão da proposta apresentada e admitir a mesma, tendo sido submetida a mesma a análise. Na parte restante da pronúncia o Júri não atende às pretensões solicitadas.



Assim, o Júri procedeu à seguinte ordenação das propostas admitidas:

Ordem	Proposta N.º	Concorrente	Preço
1º Classificado	12	CINEDUCA, Lda	115 989,57 €
2º Classificado	1	Egor Outsourcing – Prest. Serv. Org. e Adm. Pessoal, Lda	120 500,00 €
3º Classificado	9	Gaben Gabinete de Engenharia Lda	120 500,01 €
4º Classificado	4	Flexiplan - Recursos Humanos, S.A..	121 323,05 €
5º Classificado	5	Kelly Services, Emp. Trab. Temp. Unip. Lda	128 500,00 €

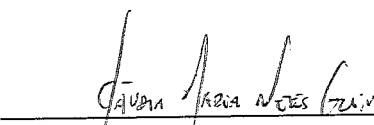
Em face da ordenação das propostas que foram objeto de análise pelo júri do procedimento, mantém a proposta de adjudicação à firma **CINEDUCA, Lda**, pelo valor de **115 989,57 € (Cento e quinze mil novecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

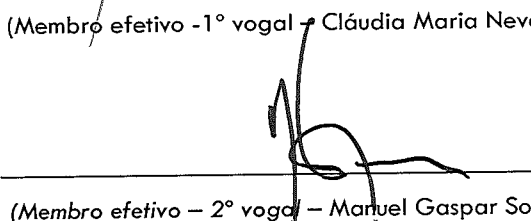
E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Paços do Concelho, 7 de setembro de 2015

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,

  
(Presidente do Júri – Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares)

  
(Membro efetivo - 1º vogal – Cláudia Maria Neves Guimarães)

  
(Membro efetivo – 2º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira)

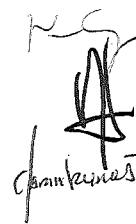
Exmo. Júri do Procedimento para o Concurso Público  
de Aquisição de Serviços de Assistentes Operacionais  
– Estabelecimentos de Ensino Municipais / Setembro  
de 2015 a Junho de 2016 a que se refere o anúncio  
4938/2015 datado de 11 de Agosto de 2015

Sandra Maria Pereira Da Silva Duarte, na qualidade de representante legal da empresa  
VERTENTORIZONTE – TRABALHO TEMPORÁRIO S.A., NIPC 510.740.090, com sede na  
Rua Major Monteiro Leite, nº 49, Lugar de Outeirinhos, 4690-042 Cinfães, melhor identificada  
na proposta e anexos submetidos ao abrigo do supra referido procedimento de concurso  
público, porque está em tempo e tem legitimidade, vem

### **Contestar o Relatório Preliminar de Análise de Propostas**

Nos termos e com os seguintes fundamentos:

1. A empresa VERTENTORIZONTE – TRABALHO TEMPORÁRIO S.A., doravante designada por **concorrente**, apresentou-se nessa qualidade ao procedimento de concurso público a que se refere o anúncio 4983/2015 datado de 11 de Agosto de 2015,
2. cumprindo o prazo e modo de entrega das propostas, nos termos do Art.º 7.º do Programa de Procedimentos;
3. No Relatório Preliminar de Análise de Propostas, datado de 26 de Agosto de 2015, vêm V/ Exas propor a exclusão do aqui designado concorrente, com o seguinte teor: “O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo para o efeito, no valor de **108.586,27 €**, **inferior ao valor base** fixado para o procedimento a concurso (132.550,00€). Face ao exposto e após análise dos documentos que instruem a proposta, verifica-se que os mesmos não foram entregues na totalidade. Assim por incumprimento da Clausula n.º 4 – Perfil de Recursos Humanos, do Anexo A – Clausulas Técnicas, do Caderno de Encargos, o Juri considera que a proposta é **excluída**.”



4. Exclusão esta que não concordamos, nem nos podemos conformar, porque
5. Os documentos que devem instruir a proposta estão elencados no artigo 8.º próprio Programa de Procedimentos, cuja epígrafe é mesmo: "Documentos que Instruem a Proposta",
6. e a aqui concorrente juntou esta documentação, a saber:
  - a. Declaração de Aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao CCP, a que refere o n.º 2 do art.º 8.º do Programa de Procedimentos;
  - b. Proposta de Preço, elaborada em conformidade com o modelo apresentado no anexo III ao presente programa de procedimento, a que se refere a alínea a) do n.º 3 do art.º 8.º do Programa de Procedimentos;
  - c. Outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57.º do CCP, a que se refere a alínea b) do n.º 3 do Art.º 8.º do programa de Procedimentos.
7. Em momento algum do presente artigo é referido que para a instrução da proposta será necessário juntar 6 curricula exemplificativos do perfil a alocar;
8. Nem tão pouco, que a sua não apresentação consubstanciaria um motivo de exclusão da proposta;
9. Tal referência "*Deverá o concorrente apresentar em sede de concurso, um número mínimo de 6 curricula exemplificativos do perfil a alocar.*" vem descrito na clausula 4ª do Anexo A – Clausulas Técnicas do Caderno de Encargos, não constituindo uma obrigação de apresentação com os documentos que devem instruir a proposta, já acima referido.
10. Note-se mesmo que a frase do autor deste Concurso Público foi muito bem redigida,
11. nomeadamente quando se diz "*em sede de concurso*".
12. Razão pela qual contestamos a avaliação do Exmo. Júri.
13. Em primeiro lugar porque **ainda estamos** sede de concurso até ao momento da adjudicação, que deverá ocorrer após a apresentação dos documentos de habilitação;



14. Por outro lado, a apresentação de currículos nesta frase preliminar constituiria não só um trabalho inicial de todos os concorrentes, identificando pessoas disponíveis para este trabalho, e gerando expectativas nos potenciais colaboradores,
15. como também, uma exposição aos restantes concorrentes dos dados de cada um dos colaboradores, violando assim a alguns princípios relacionados com a privacidade dos mesmos;
16. Face ao exposto, e tendo em conta que foram apresentados todos os documentos que deveriam instruir a proposta;
17. Estes documentos foram apresentados dentro do prazo e cumprindo a forma exigida;
18. Que ainda estamos em *sede de concurso*, e como tal a tempo de enviar 6 currículos exemplificativos;
19. E que o ÚNICO critério de adjudicação é o do preço mais baixo;
20. Logo, não se pode defender que a análise curricular através do exemplo de 6 trabalhadores a afetar aos postos de trabalho, como é pretendido, posso obstar à adjudicação à empresa que preencheu o requisito próprio para o efeito, qual seja, o valor mais baixo para a prestação do serviço.
21. Pois se assim fosse, em local próprio no caderno de encargos deveriam expressamente indicar a necessidade de juntar os currículos profissionais juntamente com a proposta, por forma a não existirem dúvidas sobre o exposto.
22. Sem prescindir supra, sempre se dirá, que a junção para análise curricular de 6 currículos profissionais só fará sentido nos casos de "aquisição de serviços para a utilização de trabalhadores temporários".
23. Caso em que os trabalhadores são cedidos e ficam sob as ordens do utilizador, mas "não" sendo o caso, tratando-se de uma mera prestação de serviços de assistentes operacionais, compete à entidade adjudicatária realizar as tarefas concluídas em caderno de encargos, com trabalhadores com capacidade técnica para o efeito, por forma a realizar cabalmente o objeto da prestação do serviço.



24. De salientar ainda que do conteúdo do caderno de encargos, poderá entender-se que estamos perante uma aquisição de serviços que preenche todos os requisitos legais para ser considerado como uma prestação de serviços de trabalho temporário.
25. Assim ser, nem todos os concorrentes são empresas de trabalho temporário licenciadas para o efeito, junto do IEFP, desde logo por não ter a expressão "trabalho temporário" nas suas denominações sociais.
26. Ao entender-se que o objeto base da presente prestação de serviços preenche os requisitos do trabalho temporário, poderia concluir-se pela existência de um erro na pretensão da adjudicação à empresa elencada no relatório preliminar.
27. Bem como, segundo o disposto no caderno de encargos, ao estipularem que um valor de proposta inferior a 120.500 euros, seria considerado um preço anormalmente baixo, nos termos do CCP existe a obrigatoriedade de apresentar justificação fundamentada para tal.
28. Facto que aconteceu com esta empresa.
29. Contudo, a empresa que em sede de relatório preliminar ficou graduada em primeiro lugar, não apresentou tal justificativo, nem aquando da apresentação da proposta, nem agora em sede de audiência prévia.
30. Pois, tal justificativo deverá ser do conhecimento de todos os concorrentes, por forma a, se assim entenderem, apresentarem contestação, sendo esta fase, audiência prévia, a própria para o efeito.

Nestes termos e nos melhores de direito,

Deverá a proposta da VERTENTORIZONTE –  
Trabalho Temporário S.A., ser considerada  
admitida, e consequentemente ser-lhe



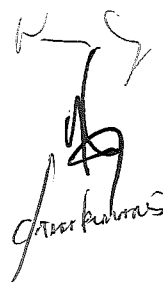


proposto a adjudicação por ter sido a  
proposta com o valor mais baixo.

Cinfães, 27 de Agosto de 2015

Sandra Maria Pereira Da Silva Duarte

  
VERTENTORIZONTE  
Trabalho Temporário, SA  
Alvará nº735/2014 NIF: 510 740 090  
Rua Major Monteiro Leite nº49 4690-042 Cinfães

  
J. M. S.

